



DEZEMBRO 2021

Relatório da Reunião

Financiando a Proteção da Floresta Tropical e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Princípios para Mecanismos de Investimento

Sessão 2: Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

Reconhecimentos

Esta publicação faz parte do Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O Diálogo Brasil-EUA, organizado pelo Brazil Institute do Wilson Center em parceria com Uma Concertação Pela Amazônia, tem como objetivo promover o diálogo entre as sociedades brasileira e norte-americana por meio da convocação de atores não governamentais de alto nível interessados em fazer a diferença por meio da colaboração em projetos inovadores e soluções voltadas para o futuro.



Esse programa é viabilizado por meio do apoio e da parceria do Instituto Arapyaú, da Bayer, The Climate and Land Use Alliance e do Instituto humanize.



Resumo Executivo

Como a COP26 demonstrou, o interesse em investimentos sustentáveis está crescendo exponencialmente, e a mobilização de capital em escala para proteger e restaurar as florestas tropicais é uma peça cada vez mais crítica do quebra-cabeça na abordagem das mudanças climáticas e no desenvolvimento de cadeias de valor econômicas sustentáveis e resilientes. No entanto, há uma lacuna entre o alto interesse do investidor e o baixo investimento real na bacia do Amazonas. Embora 25 por cento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do mundo provenientes da COP-26 dependam da conservação ou restauração florestal, apenas 3 por cento do financiamento de mitigação do clima é gasto em florestas. Resolver esse descompasso desenvolvendo mecanismos para canalizar capital de forma eficaz para apoiar o desenvolvimento e a conservação de baixo carbono na Amazônia é essencial para lidar com o desmatamento e suas implicações para o planeta. Em conjunto, os investidores e a comunidade internacional também devem trabalhar com as partes interessadas locais para garantir que eles tenham acesso a essas novas fontes de financiamento, bem como capacidade suficiente para absorver e usar novos recursos de forma eficaz.

- 1. Quando se trata de financiamento por meio de mecanismos de mercado de carbono, os créditos baseados em projetos precisam ser apropriadamente incorporados nas estruturas contábeis jurisdicionais para evitar preocupações com relação à riscos como vazamentos e adicionalidade.** O financiamento para florestas tem tradicionalmente existido em dois universos separados: um em que o crédito em escala de projeto está disponível por meio de mercados privados voluntários; e outro com programação jurisdicional financiada por recursos do setor público. Para tirar proveito dos interesses corporativos e da quantidade significativa de capital presente no setor privado, é urgente que os formuladores de políticas conciliem esses dois universos de forma que aproveite as características positivas de cada um para atrair financiamento em escala.
- 2. O financiamento internacional para florestas requer uma abordagem integrada e em camadas que combina vários tipos de capital com ferramentas inovadoras e novos mecanismos para avaliar e agregar pequenos projetos em oportunidades de investimento “grandes o suficiente”.**
- 3. É preciso dar atenção significativa à funcionalidade da “última milha” para garantir que as comunidades e governos locais mais impactados pela degradação ambiental tenham acesso a financiamento e crédito.**

Relatório da Reunião

Há necessidade urgente de rápido progresso e soluções em larga escala, inclusive na Amazônia. Proteger e restaurar florestas tropicais pode contribuir até "um terço dos resultados climáticos que o mundo precisa nas próximas duas décadas, representando uma oportunidade de mitigação em escala de giga toneladas". Para simplificar, alcançar as metas do Acordo mundial de Paris é virtualmente impossível sem uma ação maciça para salvaguardar as florestas tropicais do mundo¹ — e a janela de oportunidade para a ação é agora. O mundo perdeu mais de 4,2 milhões de hectares de cobertura florestal tropical primária em 2020.²

Felizmente, o interesse por investimentos sustentáveis está crescendo exponencialmente. Empresas e investidores estão prontos para investir em sustentabilidade em uma escala inédita. Várias empresas multinacionais se comprometeram a tornar-se preocupadas com o clima, o que requer a redução de suas próprias emissões, bem como das emissões produzidas em suas cadeias de abastecimento, e o investimento em programas externos de redução de emissões. Esse compromisso está impulsionando o capital para as florestas, já que o capital em escala para proteger e restaurar florestas tropicais é uma maneira significativa para investidores e empresas "enfrentarem as mudanças climáticas, protegerem a natureza e criarem empregos, em uma única intervenção".³

Quando se trata da bacia amazônica, no entanto, há um descompasso fundamental entre o interesse do investidor e o investimento real. Existe uma lacuna de credibilidade: apesar da retórica promissora, existe uma preocupação legítima sobre se a comunidade internacional leva a sério o comprometimento de fundos na escala necessária para transformar a economia amazônica. Embora 25 por cento das NDCs dependam da conservação ou restauração florestal, apenas 3 por cento do financiamento de mitigação do clima é gasto em florestas. Embora a COP-26 tenha se esforçado para resolver esse problema por meio de iniciativas como o Forest Investor Club, liderado pelos EUA, muito mais deve ser feito em particular para garantir que o investimento chegue às comunidades locais—incluindo comunidades indígenas—nas florestas tropicais do mundo para incentivar ações baseadas em resultados para eliminar o desmatamento e a degradação.

¹ Arquitetura para Transações REDD+ (ART), <https://www.artredd.org/>¹.

² Global Forest Watch, <https://www.globalforestwatch.org/blog/data-and-research/global-tree-cover-loss-data-2020/>².

³Fórum Econômico Mundial, "3 razões pelas quais as empresas estão investindo em conservação e restauração florestal, e como elas fazem isso", <https://www.weforum.org/agenda/2021/06/3-reasons-companies-are-investing-in-forest-conservation-and-restauração-e-como-eles-fazem-isso/>.

A Amazônia recebe uma notável escassez de investimentos de impacto global, apesar da crescente atenção e do crescimento do empreendedorismo e da inovação em sustentabilidade na região. Embora 2020 tenha registrado um recorde em termos de investimento de venture capital (VC) e private equity (PE) no Brasil, nenhum deles foi para a região amazônica, apenas 4 por cento foram para tecnologia agrícola, e apenas 2 por cento para tecnologia de alimentos. De acordo com uma pesquisa da Rede Aspen de Empreendedores para o Desenvolvimento de 2020, 30 por cento dos investidores de impacto indicaram que a biodiversidade e a conservação eram questões prioritárias, mas menos de 2 por cento dos ativos sob gestão no Brasil de 2018-2019 estavam focados na biodiversidade.

Resolver essa incompatibilidade—desenvolver mecanismos para canalizar o capital efetivamente para apoiar o desenvolvimento e a conservação de baixo carbono na Amazônia—é fundamental para enfrentar o desmatamento e suas implicações para o planeta. Como parte desse esforço, no entanto, os investidores e a comunidade internacional também devem trabalhar com as partes interessadas locais para garantir que tenham acesso a essas novas fontes de financiamento e capacidade suficiente para absorvê-las e usá-las efetivamente.

No dia 15 de setembro de 2021, o Wilson Center, em parceria com a Uma Concertação Pela Amazônia, organizou uma discussão bilateral com foco nos princípios do investimento sustentável, dentro das lentes da cooperação Brasil-Estados Unidos. Como parte desta reunião, tivemos a honra de receber as apresentações de abertura do Nigel Purvis, presidente e CEO da Climate Advisors; Frances Seymour, Distinguished Senior Fellow, World Resources Institute; Juliana Santiago, Diretora Administrativa de Controle de Fundos, Emergente; e Alan Batista, Analista de Investimentos, Mirova Natural Capital. Nós também tivemos a sorte de ter o ex-Ministro da Fazenda do Brasil Joaquim Levy como moderador de uma conversa subsequente.

O evento fez parte de uma iniciativa maior: o Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O Diálogo reúne um grupo diversificado de partes interessadas dos EUA e do Brasil—cientistas, líderes empresariais, sociedade civil e ex-funcionários do governo—para um debate apertado aberto sobre o que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento de baixo carbono e conservação do meio ambiente no Brasil, e como os Estados Unidos podem ser parceiros nesse esforço.

Ao longo da sessão do dia 15 de setembro, os participantes identificaram três recomendações como fundamentais para o fortalecimento da cooperação bilateral e

internacional para o investimento florestal na região amazônica. Criticamente, quando se trata de desmatamento e mudança de uso da terra, o desafio do investimento sustentável é um de coordenação, incluindo: conciliar projetos individuais com abordagens jurisdicionais; integrar diferentes tipos de capital e conectar investidores com oportunidades prontas para investimentos; e garantir que o financiamento esteja atingindo as partes interessadas locais como comunidades indígenas.

1. Quando se trata de financiamento por meio de mecanismos de mercado de carbono, os créditos baseados em projetos precisam ser adequadamente incorporados dentro de estruturas contábeis jurisdicionais para evitar preocupações em relação ao vazamento, adicionalidade e outros riscos potenciais.

Os mercados voluntários de carbono emergiram como um importante mecanismo para canalizar o financiamento para projetos de sustentabilidade, inclusive na Amazônia. Há um consenso global crescente de que esse investimento florestal precisa ser feito de forma a aumentar a ambição climática e a integridade ambiental, ao mesmo tempo em que fornece recursos para os povos indígenas e outras comunidades locais. O desafio, no entanto, reside na implementação desse consenso.

Tradicionalmente, as oportunidades em larga escala para investimentos do setor privado têm sido limitadas. As negociações da UNFCCC vislumbram a implementação em nível nacional com linhas de base e estratégias de nível nacional. Além disso, organizações multilaterais e governos nacionais tradicionalmente assumem a liderança no nível jurisdicional quando se trata de gerenciar e financiar projetos REDD+, com oportunidades limitadas de participação para o setor privado. O agora adormecido Fundo Amazônia, mecanismo REDD+ administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com financiamento da Alemanha e da Noruega, é um exemplo bem conhecido desse modelo. Em contrapartida, o setor privado tem investido mais fortemente em projetos individuais e através de mercados voluntários de carbono em escala baseada em projetos. Esta é inerentemente uma forma mais limitada de investimento.

O resultado final são dois universos separados: um em que o crédito em escala de projetos está disponível através de mercados privados voluntários; e outro com programação jurisdicional financiada por meio do setor público. Para aproveitar o interesse corporativo e a quantidade significativa de capital presente no setor privado, é urgente que os



formuladores de políticas reconciliem esses dois universos para alavancar as características positivas de cada um, a fim de atrair financiamento em escala.

Uma maneira de fazer isso é permitir que governos nacionais e jurisdições subnacionais acessem crédito privado através de mercados voluntários de carbono para pagamentos baseados em resultados que recompensam emissões reduzidas ou remoção de carbono aumentada nas florestas. Esse caminho é incorporado pela Coalizão LEAF, que busca criar um mecanismo para fluxos financeiros em larga escala em florestas tropicais para conservação e desenvolvimento sustentável, incluindo a Amazônia. A Coalizão LEAF é diferente dos esforços anteriores na medida em que oferece ao setor privado uma maneira de investir no nível jurisdicional e, assim, investir em uma escala muito maior.

A Coalizão LEAF

Iniciativas como a Coalizão LEAF fornecem um exemplo de como a coordenação das partes interessadas para o financiamento da proteção florestal e do desenvolvimento sustentável pode funcionar na prática, e idealmente elevar o nível para esforços futuros. A iniciativa LEAF é um mecanismo jurisdicional de financiamento REDD+ construído em torno de seis elementos fundamentais: trabalhar em escala, salvaguardas sociais robustas, elevar a ambição climática, integridade ambiental, finanças baseadas em resultados e mobilizar o capital do setor privado. O LEAF foi lançado em abril de 2021 com 10 empresas participantes e US\$1 bilhão prometidos, representando uma escala potencial inédita em finanças florestais.

Para receber parte dos US\$1 bilhão prometidos este ano através da Coalizão LEAF, as jurisdições — países inteiros ou grandes estados e províncias — devem demonstrar que estão reduzindo as emissões de desmatamento e degradação (REDD+), bem como garantir a participação "plena e eficaz" das comunidades tradicionais. Os pagamentos serão baseados em redução de emissões vinculadas a programas que reduzem o desmatamento e a degradação de 2022 a 2026. As jurisdições devem mostrar que o desmatamento caiu em todo o território para receber financiamento. A rodada inicial de submissão de financiamento da LEAF convocou propostas de projetos que começam em 2022, com créditos emitidos em 2023 no mínimo.

Essas reduções no nível jurisdicional, por meio de programas nacionais ou subnacionais de proteção florestal, são verificadas de acordo com a Arquitetura para Transações REDD+ (ART) no âmbito do REDD+ Environmental Excellence Standard (TREES), que inclui salvaguardas ambientais e sociais. A norma TREES incorpora decisões da UNFCCC e, criticamente, padroniza créditos para reduções e remoções para que esses créditos sejam comparáveis entre jurisdições e setores. Esses créditos de alta qualidade resultantes podem ser vendidos para as empresas participantes, para ajudar a compensar suas emissões.

A LEAF é caracterizada por um alto padrão tanto na medição de reduções de emissões quanto na forma como governa como as empresas podem complementar seus próprios cortes de emissões internas investindo em projetos de conservação de florestas tropicais. A iniciativa exige que as empresas se comprometam com métodos baseados em ciência para medir as emissões de carbono, e exige que as empresas participantes reduzam, bem como compensem—com relatórios externos e auditorias para verificar a conformidade.

De forma mais ampla, há esforços em andamento para desenvolver estruturas para projetos de incorporação dentro de um quadro contábil jurisdicional por várias razões.⁴ Em primeiro lugar, o fim do desmatamento ilegal exige ações que só os governos podem empreender, como a aplicação de leis, a regulamentação das indústrias extrativistas e a defesa dos direitos indígenas. A programação de nível jurisdicional pode ajudar a incentivar os governos a tomar essas ações através do financiamento para atividades do programa REDD+ e desenvolvimento sustentável. Em segundo lugar, operar em escala jurisdicional reduz alguns dos maiores desafios em termos de execução e prestação de contas. Com áreas maiores, por exemplo, é mais fácil controlar vazamentos e abordar preocupações sobre adicionalidade (veja nosso relatório da nossa primeira reunião sobre "O Caminho para COP-26" para mais discussão sobre programas baseados em projetos versus jurisdicionais). O credenciamento em escala de projetos adequadamente dentro de programas jurisdicionais permite uma contabilidade e integridade mais robustas, ao mesmo tempo em que fornece mecanismos prontos para investimentos através de um mercado voluntário de carbono.

Uma parte fundamental dos projetos de incorporação dentro dos marcos contábeis jurisdicionais é a aplicação de um padrão suficientemente robusto para gerar os tipos de créditos financiáveis necessários para mercados voluntários, bem como regimes de conformidade. Não há uma única maneira "certa" de fazer isso, mas os participantes examinaram a Arquitetura para Transações REDD+ (ART) e do REDD+ Environmental Excellence Standard (TREES), incluindo o TREES 2.0, e sua seleção como padrão aplicado pela Coalizão LEAF.

⁴ <https://www.artredd.org/wp-content/uploads/2021/07/Nesting-under-ART-final-July-2021.pdf>

O padrão TREES 2.0

O REDD+ Environmental Excellence Standard (TREES), lançado em 2020, especifica requisitos para quantificação, monitoramento, relatórios e verificação de reduções emissões de atividades REDD+ em escala jurisdicional (e nacional), consistente com decisões da UNFCCC, como o Acordo de Paris. Talvez o mais importante, ele padroniza os créditos emitidos para reduções e remoções para que esses créditos sejam comparáveis a jurisdições e setores transversais—uma questão fundamental para a ampliação dos mecanismos do mercado de carbono.

Em 2021, o ART Board lançou o TREES 2.0, que inclui um leque mais amplo de ações e partes interessadas. Em particular, o TREES 2.0 inclui mecanismos inovadores para creditar remoções de carbono associadas ao reflorestamento, bem como uma nova metodologia para gerar créditos para jurisdições que se qualificam como jurisdições de Alta Floresta e Baixo Desmatamento (HFLD). O padrão revisado também fornece um caminho para os territórios indígenas se agregarem a fim de serem qualificados como uma jurisdição "grande o suficiente"⁵

2. O financiamento internacional para florestas requer uma abordagem integrada e em camadas que combina vários tipos de capital, com ferramentas inovadoras e novos mecanismos para avaliar e agregar pequenos projetos em oportunidades de investimento "grandes o suficiente".

Traduzir uma meta de temperatura—ou qualquer outra métrica de sustentabilidade—em uma estratégia de investimento é algo inerentemente complexo. Requer não apenas uma mudança do foco em retornos puramente financeiros para a criação integrada de valor, mas também o desenvolvimento de novas ferramentas e padrões para avaliar riscos, resultados (benefícios de carbono e não carbono) e retornos.

Uma questão significativa que os atores locais, desde pequenos agricultores até comunidades indígenas, enfrentam é a natureza de pequena escala de seus projetos porque os investidores internacionais estão geralmente procurando investimentos em larga escala que são relativamente fáceis de avaliar e atribuir preços. Como resultado, pode ser difícil levantar capital para projetos florestais amazônicos. Para investidores acostumados a métricas tradicionais sobre taxa de retorno e fluxos de receita, avaliar o valor e o potencial de um projeto florestal é muito mais difícil e não necessariamente vale o esforço envolvido a menos que o valor do projeto atinja um certo limite. É por isso que iniciativas como a

⁵ <https://www.artredd.org/wp-content/uploads/2021/08/ART-IP-in-ART-Primer.pdf>

Coalizão LEAF são atraentes para os investidores: essas iniciativas tiram a adivinhação, já que as empresas são capazes de comprar créditos de emissões já verificados.

Outra solução é recorrer a empresas especializadas na gestão de projetos de investimento em carbono florestal, que são capazes de avaliar e agregar oportunidades de investimento local, bem como levantar capital internacional por meio de fundos de investimento direcionados. Um exemplo desse modelo é o Althelia Biodiversity Fund, um fundo de impacto financeiro que investe em modelos de negócios sustentáveis na Amazônia. Projetado em parceria com a USAID, o fundo de biodiversidade oferece certas garantias para reduzir o risco aos investidores. Também é um exemplo de capital paciente uma vez que tem um prazo de 11 anos para o fundo—algo que não é incomum para investimentos de impacto sustentável. Talvez o mais importante é que o fundo fornece uma estratégia de saída que permite que os investidores acessem seus retornos e fornecendo às pequenas empresas da Amazônia a totalidade da propriedade, uma vez que elas tenham ampliado seus negócios.

3. É preciso dar atenção significativa à funcionalidade da “última milha” e garantir que as comunidades e governos locais tenham acesso a financiamento e crédito.

A contrapartida à necessidade de desenvolver mecanismos de canalização do financiamento para florestas é garantir que os governos e as comunidades locais tenham as ferramentas e capacidades necessárias para acessar e usar esse financiamento. As agências governamentais, particularmente a nível subnacional, não têm recursos e capacidade técnica para desenvolver e administrar os tipos de programas jurisdicionais rigorosos necessários para enfrentar o desafio climático. Da mesma forma, as partes interessadas locais muitas vezes não têm as informações necessárias para acessar os mercados de capitais; ou seus projetos podem ser considerados pequenos demais para serem de interesse dos investidores. Esses dois desafios precisarão ser resolvidos se quisermos enfrentar o desmatamento na Amazônia.

Uma recomendação fundamental dos participantes é fornecer fundos separados para o desenvolvimento e avaliação de projetos, bem como conselhos técnicos e legais—algo que falta no projeto da Coalizão LEAF. Um benefício do financiamento da LEAF é a sua flexibilidade: as jurisdições são capazes de propor os projetos que julgam mais adequados aos seus contextos e necessidades locais. Esse projeto pressupõe, no entanto, que as jurisdições já têm a capacidade de responder e tudo o que falta é o financiamento para



implementação. Os desafios com esse modelo foram evidentes durante a rodada inicial de financiamento da LEAF, à medida que as jurisdições interessadas se esforçavam para encontrar assistência e aconselhamento para suas propostas—um desafio exacerbado por um prazo curto.

Nem todos os mecanismos de financiamento são construídos sem assistência técnica e capacitação. O Fundo Amazônia, para dar um exemplo proeminente, foi administrado por meio do BNDES, que também atuou como entidade de capacitação. Com uma iniciativa como a LEAF, no entanto, um terceiro ator seria obrigado a intensificar e cumprir esse papel porque o mandato é apenas igualar os créditos de redução de emissões com as necessidades dos investidores para reduzir as emissões. Esse terceiro ator pode ser um Fundo Amazônia revitalizado, consultores privados ou uma combinação de especialistas e organizações.

Como observou um participante, a necessidade de um terceiro ator para prestar assistência técnica e capacitação de suporte pode ser benéfica. As jurisdições precisarão de conselhos independentes, especialmente à medida que os mecanismos adicionais de financiamento se desenvolvem, para que possam avaliar os benefícios de ingressar na LEAF ou qualquer outra iniciativa a partir de uma posição de conhecimento e tomar a melhor decisão possível para suas partes interessadas. Há um conflito de interesses inerente se a organização que gerencia um mercado de carbono também esteja prestando conselhos a potenciais participantes desse mercado. Isso vale não só para as jurisdições, mas também para as comunidades indígenas e outros atores locais que precisarão de assessoria jurídica e técnica para acessar o financiamento em termos benéficos.

Apesar de não serem abordados em detalhes na reunião de 15 de setembro, os participantes também destacaram a importância de ampliar o acesso ao programa de crédito rural brasileiro, bem como aos empréstimos para pequenas empresas para o empreendedorismo em sustentabilidade. Há espaço significativo para a colaboração bilateral e internacional nessas áreas, especialmente no apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias para avaliação e distribuição de crédito e outros programas de investimento.

Mais Sobre Crédito Rural

Quando se trata de agricultura sustentável e uso da terra, a assistência técnica tem que trabalhar de mãos dadas com acesso ao crédito rural. O acesso ao crédito rural é um dos maiores desafios para determinadas cadeias de valor de biodiversidade, tal como o cacau no Brasil. Pesquisadores descobriram que melhorias na política de crédito rural do país—focada na modernização e na sustentabilidade—podem expandir significativamente práticas sustentáveis na agricultura, permitindo a intensificação de uma produtividade mais alta sem mais desmatamento. Essas conquistas são particularmente pronunciadas entre pequenos agricultores.⁶ No entanto, a fragmentação e complexidade do sistema de crédito rural é difícil de navegar para os produtores, e pequenos agricultores em particular enfrentam desafios para obter crédito. Há oportunidade significativa para inovação tecnológica e parcerias público-privadas para esse espaço e ampliar acesso ao crédito para pequenos titulares e pequenos empresários de modo a incentivar a sustentabilidade.

⁶ <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2020/12/REL-Rural-Credit-Policy-in-Brazil.pdf>



Sobre o Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Diálogo Brasil-EUA é uma iniciativa para promover uma colaboração mais forte entre as sociedades brasileira e norte-americana no desmatamento na Amazônia e no desenvolvimento sustentável. Isso inclui a criação de um espaço neutro e seguro para o diálogo construtivo que reúna diversos setores da sociedade e a facilitação de uma discussão focada no que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento e conservação de baixo carbono no Brasil.



One Woodrow Wilson Plaza
1300 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, DC 20004-3027

 www.wilsoncenter.org/program/brazil-institute

 brazil@wilsoncenter.org

 facebook.com/brazilinstitute

 [@brazilinst](https://twitter.com/brazilinst)

 202.691.4147